

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Léia Rachel Castellar
Diagramação

Estelita Sandra de Matias
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

*Gilmar Mendes Lourenço**

O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), no agregado das 5.565 cidades brasileiras, exibiu evolução de 47,5% entre 1991 e 2010, saindo de um patamar considerado “muito baixo” em 1991 (0,493) para “médio” (0,612) em 2000 e “alto” em 2010 (0,727), de acordo com os critérios metodológicos empregados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O órgão das Nações Unidas processou, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, os dados e informações contidos nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador total e as médias parciais (renda, saúde e educação) podem variar entre zero e a unidade, e permitem a categorização das diferentes unidades geográficas em escalas de desenvolvimento social, consideradas “muito alto” (entre 0,8 e 1), “alto” (0,7 e 0,799), “médio” (0,6 e 0,699), “baixo” (0,5 e 0,599) e “muito baixo” (0 e 0,499).

O IDHM é uma espécie de parâmetro síntese da qualidade de vida da população das nações, regiões, estados e municípios, mensurado a partir da combinação geométrica de estatísticas de rendimento, escolaridade e longevidade. O primeiro componente, rotulado como padrão de vida, é indicado pela renda mensal *per capita* em reais, informada no dia 1.º de agosto de 2010, sendo as cifras de 1991 e 2000, coletadas para 1.º de setembro, ajustadas pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC) do IBGE, que mede a variação média de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos por famílias que auferem renda mensal entre 1 e 5 salários mínimos.

O valor de referência máximo é de R\$ 4.033,00, correspondente à menor renda média recebida pelos 10,0% mais ricos da população do Distrito Federal, topo no País. Já o mínimo é de R\$ 8,00, equivalente a US\$ 100 na paridade de poder de compra, que configura o piso para a apuração do IDH global.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A educação é medida pela escolaridade dos adultos (peso 1) e o fluxo escolar dos jovens (ponderação 2). Para os adultos é considerada a proporção da população com 18 anos ou mais que cumpriu formalmente o ensino básico e, no que se refere aos jovens, é aferida a média aritmética dos percentuais das crianças entre 5 e 6 anos que frequentam a escola, dos que têm entre 11 e 13 anos e estão nas últimas séries do fundamental, da faixa entre 15 e 17 anos com ensino básico completo e da classe de 18 a 20 anos que concluiu o ensino médio. As taxas de frequência e conclusão variam entre 0% e 100%.

Por fim, emerge o pilar expectativa de vida ao nascer (mínimo de 25 anos e máximo de 85 anos), aquilatado a partir das tabelas de mortalidade infantil e de probabilidade de mortes de 5, 40 e 60 anos.

Os resultados obtidos evidenciam expressiva diminuição da desigualdade entre os municípios do País e impulsão na qualidade de vida das pessoas que habitam os mesmos. A distância entre o maior e o menor IDHM diminuiu de 0,577 para 0,444 em 19 anos, e os locais com IDHM muito baixo recuaram de 85,8% para 0,6% do total, em igual intervalo.

Por certo, essa contabilidade social positiva pode ser creditada ao efeito renda da desinflação, provocada pelo Plano Real, a partir de julho de 1994, à impulsão da renda oriunda do trabalho (com o aumento da formalização do emprego e a valorização do salário mínimo) e aos componentes sociais plantados na Constituição de 1988, que ensejaram a criação e o alargamento de programas de transferência de renda. A relação entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 20% mais pobres da pirâmide social caiu de 26 em 2000 para 18 em 2010.

Dentre as iniciativas sociais ancoradas no deslocamento de renda sobressaem o Bolsa Família, a aposentadoria rural e os benefícios de prestação continuada, amparadas na exponencial elevação da carga tributária (que passou de 24,4% do produto interno bruto, em 1991, para 36,0%, em 2012) e respectivo aumento de concentração na esfera da União, sem a obrigatoriedade de partilha com estados e municípios.

Enquanto a longevidade do brasileiro atingiu nível “muito alto” (0,816), explicado pela queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil, e a renda situou-se em posição “alta” (0,739), a educação figurou na condição “média” (0,637), mesmo tendo experimentado a expansão mais acentuada entre 1991 e 2010, ou 128,3%, contra 14,2% da renda e 23,3% da longevidade, deixando para trás a situação de “muito baixo”, exposta em 1991 e 2000.

É oportuno observar que apesar do empenho no sentido da universalização do ensino fundamental, atestado pelo salto da frequência à escola de crianças de 5 a 6 anos de 37,3% para 91,1%, a maioria dos jovens não completou o ensino médio e somente 5 municípios ostentam índice “muito alto” nesse quesito. Ademais, a população brasileira com mais de 25 anos possui apenas 7,2 anos de estudo, contra a expectativa de 13,8 anos para os atuais entrantes no sistema educacional.

No caso do Paraná, denotou-se mudança da 6ª para a 5ª posição no cenário nacional do IDHM, no período 2000-2010, suplantando o Rio Grande do Sul (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM), SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UF) - 1991/2000/2010

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	IDHM			POSIÇÃO DA UF		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Distrito Federal	0,616	0,725	0,824	1.º	1.º	1.º
São Paulo	0,578	0,702	0,783	2.º	2.º	2.º
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774	4.º	3.º	3.º
Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761	3.º	4.º	4.º
Paraná	0,507	0,65	0,749	6.º	6.º	5.º
Rio Grande do Sul	0,542	0,664	0,746	5.º	5.º	6.º
Espírito Santo	0,505	0,64	0,74	7.º	7.º	7.º
Goiás	0,487	0,615	0,735	9.º	9.º	8.º
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	10.º	8.º	9.º
Mato Grosso do Sul	0,488	0,613	0,729	8.º	10.º	10.º
Mato Grosso	0,449	0,601	0,725	13.º	11.º	11.º
Amapá	0,472	0,577	0,708	11.º	13.º	12.º
Roraima	0,459	0,598	0,707	12.º	12.º	13.º
Tocantins	0,369	0,525	0,699	25.º	18.º	14.º
Rondônia	0,407	0,537	0,69	19.º	17.º	15.º
Rio Grande do Norte	0,428	0,552	0,684	16.º	14.º	16.º
Ceará	0,405	0,541	0,682	20.º	16.º	17.º
Amazonas	0,43	0,515	0,674	15.º	22.º	18.º
Pernambuco	0,44	0,544	0,673	14.º	15.º	19.º
Sergipe	0,408	0,518	0,665	18.º	20.º	20.º
Acre	0,402	0,517	0,663	21.º	21.º	21.º
Bahia	0,386	0,512	0,66	22.º	23.º	22.º
Paraíba	0,382	0,506	0,658	23.º	24.º	23.º
Pará	0,413	0,518	0,646	17.º	19.º	24.º
Piauí	0,362	0,484	0,646	26.º	25.º	25.º
Maranhão	0,357	0,476	0,639	27.º	26.º	26.º
Alagoas	0,37	0,471	0,631	24.º	27.º	27.º

FONTES: PNUD, IPEA, FJP

Ao longo da trajetória de dois decênios, o Estado acusou desempenho médio bastante próximo ao do País. Contudo, o comportamento mais contundente ocorreu no lapso 1991-2000, com incremento superior ao brasileiro nos três eixos do índice, com ênfase na educação. Entre 2000 e 2010, o Paraná situou-se abaixo do panorama evolutivo nacional no índice geral, afetado por longevidade e, principalmente, educação, constrangimento que foi compensado, ainda que parcialmente, pelo item renda, em face da maturação do ciclo de investimentos privados e públicos, realizados no território paranaense entre 1995 e 2002 (tabelas 2 e 3).

TABELA 2 - PARANÁ - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) - 1991/2000/2010

IDHM	ANOS			TAXAS DE CRESCIMENTO (%)		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2010
TOTAL	0,507	0,650	0,749	28,2	15,2	47,7
Renda	0,644	0,704	0,757	9,3	7,5	17,5
Longevidade	0,679	0,747	0,830	10,0	11,1	22,2
Educação	0,298	0,522	0,658	75,2	26,1	120,8

FONTES: PNUD, IPEA, FJP

TABELA 3 - BRASIL - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) - 1991/2000/2010

IDHM	ANOS			TAXAS (%)		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2010
TOTAL	0,493	0,612	0,727	24,1	18,8	47,5
Renda	0,647	0,692	0,739	7,0	6,8	14,2
Longevidade	0,662	0,727	0,816	9,8	12,2	23,3
Educação	0,279	0,456	0,637	63,4	39,7	128,3

FONTES: PNUD, IPEA, FJP

É importante reter que, em duas décadas, houve melhorias em todos os municípios do Estado, nas três partes do índice, sendo o acréscimo mais saliente verificado na educação, sobretudo nos anos 1990. No exercício de 2010, os dez municípios primeiros colocados no *ranking* paranaense do IDHM foram Curitiba, Maringá, Quatro Pontes, Pato Branco, Cascavel, Londrina, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Palotina.

A despeito dos reconhecidos aprimoramentos identificados na qualidade de vida, apenas duas cidades do Paraná compõem o time dos 100 maiores IDHM do País e ostentam índice “muito alto”, acima de 0,8. São elas: Curitiba (10º lugar, 0,823) e Maringá (23º, 0,808). Dos demais, 236 estão na categoria “alto”, 157 aparecem como “médio” e 4 ficaram no grupo “baixo”, mostrando a existência de largas margens para melhorias. A lista *top* brasileira é recheada por municípios das unidades federativas de São Paulo e Santa Catarina, e alguns médios e pequenos do Paraná surgem a partir da segunda centena, como Pato Branco (113º), Londrina (145º), Palotina (249º) e Dois Vizinhos (265º).

Nesse sentido, é fácil notar o encorpado dinamismo dos polos do sudoeste, oeste e norte do Estado – dominado pelo agronegócio cooperativista, ou em regime de integração entre empresas de grande porte e produtores em pequena escala, e pela retaguarda de ensino superior, formada pelas universidades e faculdades estaduais, acrescidas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – e da área de influência da ampla e diversificada base econômica de Curitiba. Apura-se elevado grau de desenvolvimento em outros municípios da Região Metropolitana, como São José dos Pinhais (21ª posição), Campo Largo (43ª), Quatro Barras (52ª) e Araucária (58ª).

Em contrapartida, figuraram nos dez postos inferiores do rol Doutor Ulysses (399º), Cerro Azul (398º), Laranjal (397º), Guaraqueçaba (396º), Coronel Domingos Soares (395º), Inácio Martins (394º),

Diamante do Sul (393º), Ortigueira (392º), Santa Maria do Oeste (391º) e Tunas do Paraná (390º). Por esse radar, são captadas as porções menos desenvolvidas do território paranaense, especialmente nas regiões centro-sul e Vale do Ribeira, em razão de restrições de topografia, solo e relevo à implantação e consolidação de atividades agrícolas passíveis de mecanização e, por extensão, de multiplicação de ganhos de produtividade, além das dificuldades de escoamento da produção, por conta de insuficiências ou deficiências na malha de transportes, notadamente de rodovias.

Por essa ordem de problemas, parece absolutamente crucial a proliferação das ações do governo do Estado, em sintonia fina com as aspirações e prioridades definidas em diálogos transparentes com os atores sociais regionais, na direção da otimização dos cenários virtuosos e da negação e reversão dos perfis indesejáveis. Mais precisamente, os incentivos à profissionalização da pequena produção rural, capitaneados pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), ao fortalecimento da agroindústria cooperativa e à diversificação e interiorização do crescimento da produção e inversão industrial constituem passos decisivos na busca do prosseguimento da elevação dos índices de desenvolvimento humano de forma mais homogênea nas fronteiras internas do Paraná.

Apenas a título de ilustração, a mobilização para a viabilização do bloco de investimentos de quase R\$ 7 bilhões, pelo grupo Klabin, em uma fábrica de celulose no município de Ortigueira, que deve beneficiar diretamente 12 municípios na partilha do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), segundo o volume de matéria-prima fornecida à planta industrial, deve consubstanciar o começo da superação da estagnação do centro-sul.

Da mesma forma, a criação de um polo cimenteiro em Adrianópolis e o fortalecimento daquele estabelecido há décadas em Rio Branco do Sul, e o recente acordo firmado pelas autoridades estaduais e o grupo privado Votorantim, visando à aplicação de R\$ 181 milhões na duplicação de 28,7 quilômetros da rodovia dos minérios (PR-092), entre Curitiba, Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Rio Branco do Sul, podem servir de paradigma para outros projetos voltados à eliminação do marasmo econômico do Vale do Ribeira. O empreendimento rodoviário será factível graças a uma operação de crédito outorgado, na qual a companhia se encarregará da elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental e do projeto executivo, além da execução das obras a partir de maio de 2014, com direito ao abatimento, do valor do ICMS devido, dos recursos aplicados.

Até porque, o retrato dos pontos fortes e das ameaças contidas no IDHM já fora incorporado ao planejamento do governo estadual na designação das prioridades, no desenho das diretrizes e políticas de ação e na execução dos projetos, com base em criterioso levantamento e apreciação de outros números relativos à tendência das variáveis econômicas e sociais dos municípios paranaenses. Atenção privilegiada foi dispensada àqueles provenientes do Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal (IPDM), *proxy* do IDHM, cobrindo, no intervalo de tempo compreendido entre 2002 e 2010, a evolução de três vetores: renda, emprego e produção agropecuária; saúde; e educação.